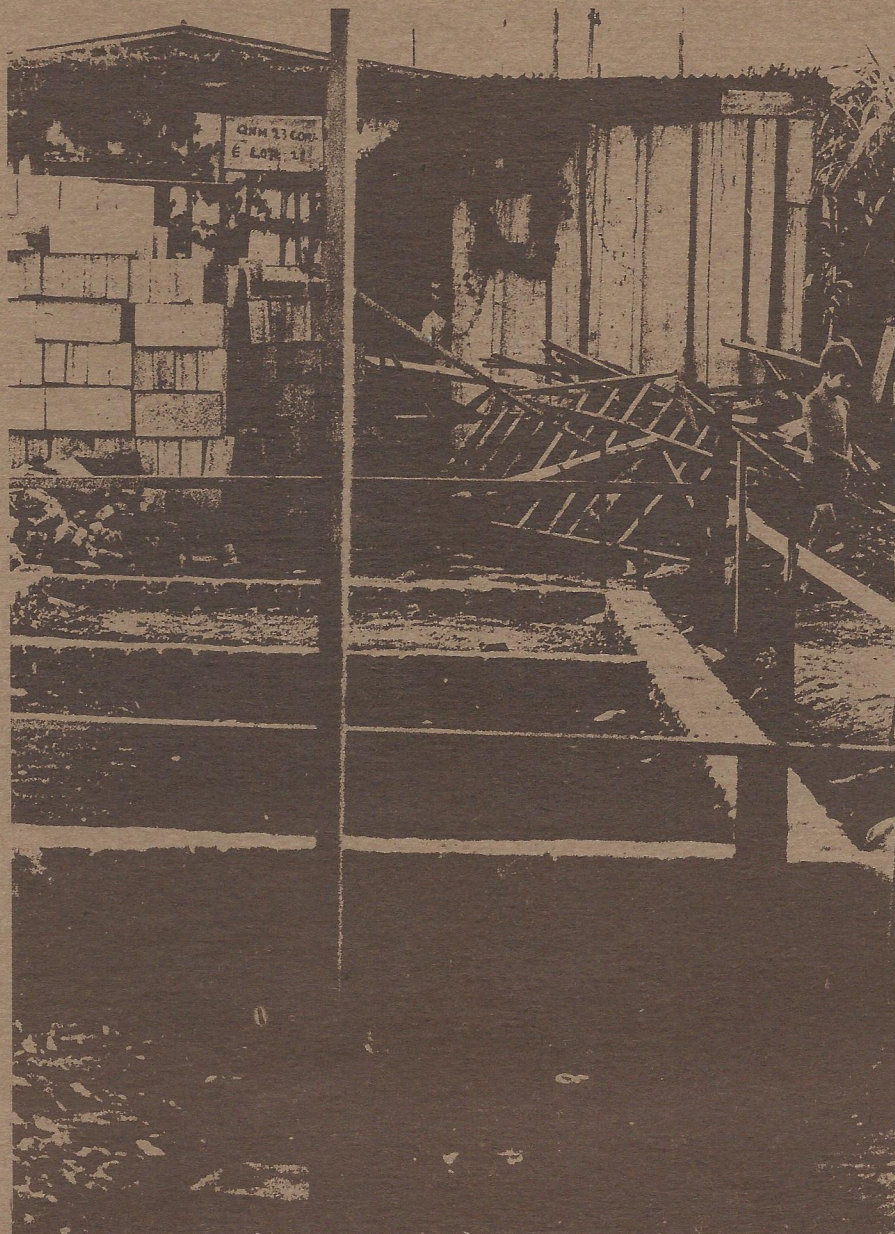


Ceilândia, planos para a periferia do DF



Considerada a maior favela do país, com 130 mil habitantes ou 20.678 famílias distribuídas por 16.939 lotes residenciais, o núcleo de Ceilândia teve seus problemas detectados por um longo estudo realizado por uma equipe de alunos de arquitetura e urbanismo da Universidade de Brasília e apresentado ao BNH, segundo o regime de convênio com as escolas de arquitetura.

O estudo mostra que paralelamente à implantação do plano piloto de Brasília houve a proliferação de invasões espontâneas de famílias de trabalhadores e da contínua massa de migrantes, atraída pela nova capital. Esta foi a primeira fase, seguindo-se tentativas provisórias para localizar a população em áreas à margem das rodovias que saem de Brasília, tal como no Núcleo Bandeirante. Esta segunda etapa ficou conhecida como a das "grandes invasões", em pontos com comunicação fácil com o plano piloto, Taguatinga, Núcleo Bandeirante, Guará e Setor de Indústrias. A criação de mais um núcleo satélite, como Ceilândia, diz o estudo, "vem consolidar uma tendência que já se manifestava durante a primeira década de existência de Brasília, de insti-

tucionalização de uma estrutura de núcleos e periferias na qual às distintas camadas sociais correspondem específicas posições espaciais, diferenciadas e hierarquizadas".

Nova periferia

O estudo deixa clara a situação típica de periferia existente em Ceilândia. Há uma única via asfaltada por onde passam os ônibus que demandam os pontos de trabalho no plano piloto, obrigando as pessoas a longas caminhadas, um problema que também existia na área das grandes invasões. É muito comum, também, o uso de "gaiolas", caminhões adaptados para o transporte de pessoas, uma reedição dos transportes que trazem retirantes do Nordeste. As ruas já têm luz elétrica mas, nas residências, a baixa renda só permite o uso generalizado do lampião, lamparinas e velas. A fossa negra ainda é a solução de baixo nível sanitário após quase quatro anos de criação do núcleo, contra as expectativas de melhorias progressivas, que iriam desde os barracos até a habitação permanente de alvenaria, com fossa séptica, prevista no projeto de urbanização de Ceilândia.

Foram construídas torneiras públicas para abastecimento doméstico, mas o crescimento vigoroso da migração espontânea já se faz sentir na falta de água, acionando velhas soluções da zona rural nordestina, onde o "vendedor de água" voltou, como figura social e como ocupação peculiar de sub-emprego.

Outros aspectos do estudo esmiuçam problemas ao nível da convivência que dão base para a crítica da filosofia do projeto de Ceilândia. Na invasão do IAPI, a espontaneidade gerava um espaço social mais "orgânico", "o que vinha criar uma forma peculiar de apropriação e uso do solo que se manifestava no uso comum dos quintais". A rua cumpria funções de habitação, com as portas dos barracos sempre abertas. Já em Ceilândia o padrão de lotes configurou um modo típico de vida urbana, isolada na ocupação privada dos lotes cercados por muros.

Urbanização

O trabalho conclui evidenciando que o projeto errou ao analisar a população transferida, "atribuindo-lhe características próprias de uma classe média. A condição sócio-econômica da população impossibilita a construção da habitação definitiva por esforço próprio".

Atenta a problemas desse nível, a administração federal prepara-se agora para uma nova etapa de intervenção no plano de urbanização da área, a partir de convênio assinado entre o Ministério do Interior e o BNH, pelo qual serão destinados Cr\$ 746 milhões para obras em equipamentos comunitários e habitacionais. Desse montante, Cr\$ 246 milhões deverão ser empregados em obras de infraestrutura e saneamento básico; Cr\$ 63 milhões em equipamentos comunitários (unidades de segurança, centro comunitário de serviço social, cinco clubes esportivos e recreativos e 32 "playgrounds").

Os restantes Cr\$ 437 milhões — informou Maurício Schulman, presidente do BNH — serão aplicados em financiamentos para construção das residências, pois dos 16.939 lotes existentes, apenas 2.160 possuem construções definitivas, contra a maioria de barracos de madeira. "Além da criação de estruturas físicas, urbanização e equipamentos sociais, o projeto para Ceilândia — diz o BNH — prevê a execução de um programa de expansão da indústria leve que ofereça novas perspectivas para o mercado de trabalho local. Para a elaboração do projeto foram estudados e analisados todos os aspectos que envolvem a estrutura atual da área, tais como a educação, saúde, segurança pública e a urbanização. Além dos equipamentos comunitários, prevêem-se, ainda, 11 escolas de primeiro grau, uma de segundo grau, 26 quadras polivalentes junto às escolas e duas unidades de saúde."